

**--- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, EFECTUADA NO DIA TRINTA DE MAIO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE, NO SALÃO NOBRE DA ASSEMBLEIA DISTRITAL, NA CIDADE DE SANTARÉM. -----**

-----  
--- Aos trinta dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e sete, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre da Assembleia Distrital, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS: -----**

**--- 1.-PROPOSTA DE ALTERAÇÕES DE PORMENOR AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL.-----**

**--- 2.-PROPOSTA DE ADESÃO DA CMS À ABRAÇO - ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA.-----**

**--- 3.-PROPOSTA DO PSD SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA ANALISAR O PROBLEMA DO ESTACIONAMENTO AUTOMÓVEL NA CIDADE DE SANTARÉM. -----**

--- O Senhor **PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA**, João Eduardo Sousa de Assis, informou que, em virtude do Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** estar ausente, não poderia presidir à Sessão, pelo que ele próprio iria assumir tal função, convidando para **PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA**, o Senhor **Vítor Manuel Delgado Prata Leal** ficando, como habitualmente, em **SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA**, o Senhor **António Augusto Stoffel**, evitando assim haver mais alterações. -----

--- De seguida o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO**, ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências:-----

--- **Faltas justificadas:**-----

--- **JOSÉ MANUEL NIZA ANTUNES MENDES.**-----

--- **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO.**-----

--- **MARIA CREMILDA FERNANDES DIONISIO SALVADOR.**-----

--- Confirmada a existência de quórum, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO**, declarou aberta a Sessão, informando que a ausência do Senhor Presidente da Assembleia se devia ao facto do mesmo se encontrar em Itália, numa reunião da Comissão de Saúde do Conselho da Europa, (Órgão composto por quarenta países) onde iria ser eleito para elaborar um Relatório sobre droga. O convite partiu do Presidente daquela Comissão e teve em conta a experiência de vinte anos do Senhor Dr. José Niza, em matéria de combate à droga.-----

--- Prestou esclarecimentos acerca do documento distribuído e intitulado “Quem não deve não teme” o qual teve origem numa notícia caluniosa e difamatória publicada no jornal “O Ribatejo” sobre as residências dos deputados e o recebimento de subsídio de transporte por parte do Senhor Presidente da Assembleia. Salientou que apesar do esclarecimento e do pedido de desculpa por parte do Director do Jornal, fica sempre alguma “lama” porque, quem lê as notícias, nem sempre lê os esclarecimentos, ainda mais feitos à posteriori, razão pela qual se distribuiu o referido documento, para que não restem dúvidas.-----

--- Referiu que a Mesa desta Assembleia recebeu, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português na Assembleia da República, um projecto de lei para “Criação da Freguesia de Serra do Alecrim” e informou que aquela matéria será agendada assim que a Mesa receba os pareceres solicitados ao Executivo Municipal, Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Alcanede, a fim de que os Senhores membros, possam decidir com maior rigor a sua posição, relativamente à criação daquela nova freguesia. --

--- Seguidamente o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO** apresentou um **Voto de Pesar** pelo falecimento do pai do Senhor Vicente Batalha, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes o que, **por unanimidade**, a Assembleia deliberou aprovar.-----

--- De imediato deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo à discussão a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo do Partido Socialista: -----

--- “CONSIDERANDO QUE:, a ausência de estacionamento por períodos limitados no Centro Histórico, poderá influenciar negativamente a actividade comercial instalada; ----

--- CONSIDERANDO QUE, a gestão Socialista já há muito alertada para este problema que, só agora preocupa o Partido Social Democrata, tendo determinado, já no mandato anterior a elaboração de estudos exaustivos sobre esta problemática. -----

--- RECOMENDAMOS ao Executivo Municipal que dê conhecimento a esta Assembleia Municipal e à população em geral das conclusões das propostas apontadas nos quatro relatórios efectuados pela empresa da especialidade VTM que ganhou oportunamente o

respectivo concurso e preconizou medidas inovadoras, as quais ao que sabemos já foram avaliadas pela Comissão Consultiva de Trânsito Concelhia e serão apresentadas em sessão camarária durante o mês de Maio pelo vereador do pelouro”. -----

--- Neste assunto interveio em primeiro lugar o Senhor **CARLOS PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, referindo que a “Recomendação” tem como objectivo um problema sentido na cidade, nomeadamente em matéria de estacionamento, salientando que a mesma possui o realismo de, com base na análise dos estudos desenvolvidos pelo Município, recomendar que, com a brevidade possível, venham à luz do dia as diligências desenvolvidas sobre esta matéria, a qual é preocupação de todos. -----

--- A seguir interveio o Senhor **MARTINS LEITÃO** considerando que, no seu entender, a “Recomendação” apresentada é uma alternativa à proposta do PSD. -----

--- Referiu que –sem querer ser defesa de ninguém– com certeza que não é só agora que o PSD está preocupado com este problema, pois até os estrangeiros que visitam a cidade ficam preocupados com o estacionamento dos autocarros. -----

--- Salientou que a sua bancada nada tem contra a “Recomendação” a não ser, apenas, lamentar que esta apareça como retaliação a uma proposta apresentada por outro grupo parlamentar e concluiu concordando com o espírito do último parágrafo daquela “Recomendação”. -----

--- A seguir interveio o Senhor **ANTÓNIO CAMPOS** agradecendo o relatório da firma VTM, que o Senhor Presidente da Câmara prontamente lhe fez chegar. Referiu que em

termos técnicos aquele documento está bem elaborado, relativamente ao levantamento do trânsito. -----

--- Salientou que mantém as mesmas preocupações, agora redobradas, depois de ter analisado o Relatório, considerando, em sua opinião, ser necessário dar alguns contributos a este estudo, a fim de evitar que se venham a cometer erros semelhantes aos do passado, designadamente fechar determinadas ruas e colocar sinalizações que nada têm a ver com a lógica do trânsito na cidade. -----

--- Concluiu, referindo que este problema sempre preocupou o seu grupo parlamentar, apesar do PSD só agora apresentar uma proposta.-----

--- Por último interveio o Senhor **ZEFERINO SILVA** considerando que o Centro Histórico da Cidade é de facto deficitário em matéria de estacionamento, verificando que na Avenida das Portas de Sol se estaciona em cima dos passeios, sugerindo que naquela artéria o estacionamento automóvel fosse feito em espinha, de modo a permitir um maior número de estacionamentos.-----

--- Lembrou que existe um local junto à Igreja da Graça que se fosse arranjado, daria alguns lugares de estacionamento o mesmo acontecendo com Vale de Reis, se se construísse um SILO de dois pisos para aparcamento automóvel. -----

--- Considerou que se deveria aproveitar o Largo dos Capuchos e a Capela da Casa Mortuária, no Cemitério, fazendo melhoramentos, intervenção que descongestionaria o trânsito, junto à Igreja do Milagre quando há funerais. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi a proposta de “Recomendação” submetida a votação,

tendo sido **aprovada por maioria, com uma abstenção.** -----

--- Prosseguiu-se o Período de “Antes da Ordem do Dia, com a intervenção do senhor **EUGÉNIO PISCO** que questionou se já havia sido marcada uma reunião conjunta com a Câmara Municipal de Santarém, Assembleia de Freguesia, Junta de Freguesia de Vale de Santarém e Comissão de Moradores acerca da problemática do Plano de Pormenor do Alto do Vale de Santarém, que se vem arrastando há algum tempo. -----

--- A seguir interveio o Senhor **BASÍLIO OLEIRO**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, referindo que a notícia do jornal “O Mirante”, sobre a sua freguesia, tem a ver com uma “revolta” da população em relação ao estado das vias de comunicação de Arneiro das Milhariças. Salientou que, aquilo que as pessoas reivindicam é a melhoria das estradas que dão acesso à sua freguesia, esclarecendo que aquela manifestação não é contra ninguém. -----

--- Referiu que foi muito bem recebido pelo Senhor Vereador Botas Castanho e disse ter apenas tido conhecimento da pavimentação dos arruamentos de “O Almeirim” e salientou que, em conversa tida com o Senhor Presidente da Câmara, este lhe disse que se houvesse o prémio do isolamento, a freguesia de Arneiro das Milhariças, seria a primeira a ser premiada. Concluiu solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que lhe desse alguma esperança pois, há cerca de vinte e três anos que a sua freguesia continua com os mesmos acessos. -----

--- Seguidamente interveio o senhor **RICARDO COSTA**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Paúl expressando, em nome da população de Reguengo do

Alviela, a gratidão pelo abastecimento de água àquela localidade, e à Câmara Municipal, Serviços Municipalizados de Santarém e outras entidades que estiveram presentes na inauguração da água. -----

--- Depois usou da palavra o Senhor **VICENTE BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes manifestando, mais uma vez, a sua preocupação relativamente às declarações do Senhor Presidente da Câmara de Alcanena sobre as descargas de efluentes para o Rio Alviela, provenientes de Minde e Mira D’Aire, salientando que, o concelho de Santarém continuará a ser uma “fossa”, a confirmarem-se aquelas notícias. -

--- Questionou não só sobre o papel da Administração Central, bem como quem é responsável pela maneira como se tratam as populações ribeirinhas do Alviela. -----

--- Referiu ter solicitado à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santarém, através de ofícios, que tomassem posição e que defendessem as populações, bem como igual posição tomou, pedindo explicações ao Governo e Administração Central, perguntando quando termina aquele calvário, afirmando não aceitar situações de facto consumado e sobretudo, que continuem a fazer do Rio Alviela “fossa”.-----

--- Salientou o bom trabalho que está a ser feito na Estrada Municipal quinhentos e oitenta e três, questionando se os prazos irão ser cumpridos e solicitou que a Estrada Municipal quinhentos e noventa e quatro – dois, fosse objecto de idêntica intervenção. --

--- Concluiu agradecendo, em seu nome pessoal e da sua família, o Voto de Pesar hoje aqui expresso, bem como a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se associaram ao funeral de seu pai. -----

--- Tomou a seguir a palavra o Senhor **FIRMINO OLIVEIRA**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, referindo que o prazo para conclusão da ETAR de Alcanena não foi cumprido. Manifestou a sua preocupação, relativamente à suinicultura, situada em Vale Torno a qual continua a drenar para o rio.-----

--- Referiu que aquela suinicultura foi objecto de uma inspecção, por parte de técnicos do ambiente, onde foram detectadas graves irregularidades, inclusivamente a falta de licenciamento para laborar, que levou ao levantamento de um Auto de Encerramento, há cerca de um ano.-----

--- Destacou que a empresa não só deixou de cumprir o estabelecido, como recuperou e ampliou as suas instalações, questionando quem passou a licença para aquelas obras e, concluiu, solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia que marque nova reunião com a Senhora Ministra do Ambiente dado que se trata de um assunto premente. -----

--- Interveio a seguir o Senhor **ANTÓNIO CAMPOS** referindo que há pouco aquando da votação da “Recomendação” a sua intenção era votar contra mas que, devido às coisas se terem acelerado, não se apercebeu que se estava em período de “votação”.-----

--- Relativamente ao esclarecimento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no documento, “Quem não deve não teme” acerca da notícia sobre as possíveis residências dos deputados, publicada no jornal “O Ribatejo”, lamentou que situações destas venham a público quando não são verdade, salientando, no entanto, o último parágrafo do esclarecimento apresentado por aquele jornal. -----

--- Solicitou esclarecimento acerca de um estudo global do Campo Emílio Infante da



Câmara sugerindo que, caso o estudo exista, seja dado conhecimento a esta Assembleia, para que os partidos políticos o possam analisar antes da Sessão Extraordinária para debater a problemática do antigo Campo da Feira. -----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **ZEFERINO SILVA** congratulando-se com a inauguração do Monumento ao Forcado salientando, no entanto, que aquele monumento não se encontra na Avenida dos Forcados de Santarém, mas sim na Avenida Madre Andaluz. -----

--- Alertou para os arames deixados nas ruas do Centro Histórico aquando das iluminações de Natal. -----

--- Manifestou a sua satisfação pela inauguração, dentro em breve, da Rua “O”, perguntando se o estudo da firma VTM, teve em conta este novo traçado ou se só engloba o centro da cidade, e se a passagem para peões será aberta ao mesmo tempo da referida rua. -----

--- Questionou se a Câmara Municipal de Santarém teve algum pavilhão na Exponor, em Matosinhos, e solicitou esclarecimento sobre se o Executivo pagou as importâncias pretendidas pelo Exército, face à deslocação da carreira de tiro para Vale de Estacas, ou seja, cinquenta e nove mil contos na altura e sete mil e quinhentos contos mais tarde. ----

--- Concluiu alertando para a necessidade da reparação dos passeios da Calçada do Monte, que estão no mesmo plano da estrada, propriamente dita, pois os peões mal podem por ali circular, especialmente em tempo de chuva. Referiu existir situação idêntica na Estrada de S. Domingos. -----

--- Depois interveio a Senhora **ANABELA ALMEIDA** solicitando ao Senhor Presidente

da Câmara que tome medidas no sentido de acabar com uma lixeira galopante, entre Azoia de Baixo e Portela das Padeiras.-----

--- Perguntou o que se tem feito em termos de política de resíduos sólidos urbanos, e o que se passa em relação ao aterro sanitário e ainda o destino dado ao estudo patrocinado pela Assembleia Distrital de Santarém sobre esta problemática. -----

--- Usou seguidamente da palavra o senhor **CARLOS PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, manifestando a sua satisfação pela reparação da Estrada Municipal quinhentos e oitenta e três, querendo aproveitar a oportunidade para agradecer à população ter-se disponibilizado para aquele fim. -----

A seguir interveio o Senhor **ANTÓNIO HENRIQUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém, manifestando a sua preocupação, relativamente ao cruzamento da Estrada Nacional número três com a Estrada Municipal número quinhentos e oitenta e quatro, considerando a quantidade dos acidentes que ali se verificam, preconizando a colocação urgente de sinalização semafórica naquele cruzamento. -----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **LEONEL MARTINHO DO ROSÁRIO** referindo que, apesar das lamúrias dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, muitas delas justas, não partilha da opinião que, no seu concelho, tudo é mau. Até porque quem aqui esteja fica com uma visão pessimista do concelho, o que não é verdade. -----

--- Salientou que o concelho de Santarém, no seu entender, está muito melhor e mais desenvolvido, do que ainda há bem poucos anos, e sobretudo está em franco progresso. -

--- Interveio depois o Senhor **ALEXANDRE HERCULANO PITA SOARES** questionando qual o montante que a Câmara paga por cada sonorização da Assembleia Municipal.-----

--- Solicitou esclarecimento acerca de um ofício da GERUSIA em que esta solicita apoio monetário à Assembleia Distrital de Santarém e Câmaras Municipais de Santarém e Abrantes.-----

--- Perguntou se está previsto algum plano de assistência aos monumentos da cidade durante a Feira Nacional da Agricultura, lembrando que, no ano transacto, designadamente no dia dez de Junho, todos os monumentos se encontravam encerrados.

--- Referiu-se à sua intervenção na última Sessão da Assembleia Municipal, acerca do “Relatório de Actividades e Contas da Câmara Municipal”, solicitando ao senhor Presidente da Câmara que, futuramente, não fossem tecidos comentários de “chacota” ou de considerar as intervenções de despautério, relativamente à sua pessoa e que, futuramente, se resumissem apenas a esclarecimentos concretos.-----

--- Seguidamente o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO** esclareceu que, relativamente à sonorização da Assembleia Municipal, teve a preocupação, de logo no início destes alugueres, enviar um ofício ao Executivo Municipal, no sentido de ser adquirido um equipamento de som de qualidade, estando a aguardar essa aquisição.-----

--- Em relação à carta da GERUSIA disse ser uma empresa, em seu entender, com fins lucrativos e que se propunha construir e explorar lares de terceira idade, jardins de

infância etc., tendo-se dirigido a esta Assembleia Municipal, solicitando apoio financeiro, tendo-lhe sido respondido que a nossa Assembleia não possui orçamento próprio e que o pedido formulado havia sido enviado à Câmara Municipal. Em todo caso o Senhor Presidente da Câmara dará, por certo, mais alguns esclarecimentos já que carta idêntica foi enviada pela GERUSIA ao Executivo.-----

--- Depois interveio novamente o senhor **BASÍLIO OLEIRO**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças para referir que, relativamente à intervenção do Senhor Martinho do Rosário, não contesta que o concelho está melhor e a crescer, mas na verdade, a sua freguesia, continua na mesma ou cada vez pior. -----

--- Retomou a palavra a seguir o Senhor **LEONEL MARTINHO DO ROSÁRIO** esclarecendo que não está contra ninguém e referiu que, aquilo que quis dizer, na sua anterior intervenção, foi que, no seu entender, devem existir prioridades, ou seja, –há itinerários que se devem manter impecáveis–. -----

--- A seguir, no uso da palavra, o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** referiu que o povo de Arneiro das Milhariças levantou a sua voz e teve razões para o fazer. Todavia, poder-se-ia estar perante uma situação de índole iminente política do seu líder autárquico. Salientou que foi sob a sua presidência, no mandato anterior, que múltiplos investimentos foram concretizados ao nível da rede viária, designadamente nos arruamentos dos Casais da Milhariça. -----

--- Disse existir um plano, estabelecido para a pavimentação dos arruamentos de “O Almeirim”, que lhe foi comunicado pelo Senhor Vereador Raul Violante. -----

--- Esclareceu que, ao dizer que o Arneiro das Milhariças ganharia o prémio do isolamento, foi no sentido de lhe manifestar a sua solidariedade, lembrando as intervenções conjuntas da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. -----

--- Salientou que o Município de Santarém transfere, para as freguesias, cerca de quatro vezes mais do que a Lei estabelece como mínimo indicativo. -----

--- Referiu que, segundo entendeu da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, o que está em causa não são os arruamentos internos, mas sim os acessos que estão a isolar uma freguesia prestigiosa e que serve o concelho numa riqueza que é fonte de vida –a água–. Considerou que, se não houver uma alteração substancial e qualitativa daquela situação, não se estará a gravar com a profundidade desejável, o nome de Arneiro das Milhariças no mapa, destacando que, quem não acreditar nas suas palavras, que espere para ver. -----

--- Prosseguiu, esclarecendo que existe uma reunião marcada, relativamente ao problema do Plano de Pormenor do Alto do Vale e sublinhou a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Paúl, em relação ao abastecimento de água ao Reguengo do Alviela.-----

--- No tocante às lixeiras, disse que estas proliferam pelo concelho, não obstante a existência de espaços alternativos. Quanto ao estudo patrocinado pela Assembleia Distrital sobre a implantação do aterro sanitário esclareceu que, inicialmente, o local encontrado era perto de Almoster, adiantando, no entanto que, sem prejuízo de verbas, poder-se-á encontrar uma solução fora da área do Município de Santarém. -----

--- Salientou que, a nenhum título, é aceitável que o sistema de Alcanena venha a ser sobrecarregado com os resíduos das indústrias da bacia Minde/Mira D' Aire. Afirmou não ser isso possível até porque, ele próprio, não aceita que esses efluentes sejam transportados para a ETAR de Alcanena e, por sua vez, através do Alviela, depositados no Tejo. Adiantou ter tido, sobre a matéria, contactos informais com membros do Governo os quais ficaram pasmados e surpreendidos, acreditando que o Governo não volta atrás nesta matéria, ou seja, aquilo que é dado como adquirido e positivo para as populações não é revertido. -----

--- Referiu que seria, em seu entender, uma humilhação para o povo de Santarém que um rio, como o Alviela, que nasceu livre, fosse novamente escravizado em nome de conveniências empresariais privadas, sem que a factura fosse paga nesse concelho, mas suportado pelas populações ribeirinhas e pelo Município de Santarém, manifestando a sua solidariedade para com os Presidentes de Junta das Freguesias ribeirinhas. -----

--- No que concerne ao cruzamento na Póvoa de Santarém disse que assim que a obra até Leiteiros esteja adjudicada, a JAE acolherá a proposta da Câmara no sentido de ser colocada sinalização semafórica naquele cruzamento. -----

--- Relativamente à intervenção do Senhor Pita Soares, esclareceu que pela admiração e estima que tem pela sua pessoa, jamais consentiria uma posição daquela natureza. -----

--- Em relação à GERUSIA referiu que é uma empresa que tem sede em Lisboa, admitindo que aquela entidade se tenha dirigido, prioritariamente a Santarém e Abrantes, por serem no âmbito da Assembleia Distrital de Santarém, duas das três Câmaras que

lideram aquele Órgão deliberativo regional. -----

--- No que concerne à Carreira de Tiro informou que a Câmara se comprometeu a utilizar aquele espaço, dando como contrapartida apoio à construção de uma nova Carreira de Tiro, no Campo Militar de Almoster. Simplesmente, a estrutura militar, através da Direcção do Serviço de Obras e Edificações do Exército, preferiu construir a referida Carreira de Tiro contra um parecer da Câmara Municipal de Santarém que, ao abrigo da Lei, não era vinculativo, num dos planaltos da cidade, esperando que a capacidade do Município seja suficiente para reverter aquele cenário, com um projecto de arborização e que, aquele local, venha a ser devolvido à comunidade envolvente como espaço de utilização pública.-----

--- Esclareceu que o Monumento ao Forcado se situa na Rotunda do Sacapeito, onde termina a Rua Forcados Amadores de Santarém, considerando que não é obrigatório que aquele Monumento se encontre numa rua com o mesmo nome, lembrando alguns monumentos que estão em locais que nada têm a ver com o seu nome.-----

--- Referiu ainda que, efectivamente, aquele Monumento levou quase tanto tempo a executar como a Circular Urbana Rua “O” a qual irá abrir ao trânsito, no início do mês de Junho, sem qualquer inauguração, para que as pessoas não esperem nem mais um minuto por esta obra. Adiantou que a referida Rua “O” irá ser aberta já com as passagens desniveladas para peões ficando, no entanto, a passagem desnivelada S. Pedro/Outeirinho condicionada ao tráfego automóvel.-----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente ao facto das pessoas que ali vivem

estarem habituadas a cruzarem a referida Circular, que possui características de auto-estrada, referindo que, inclusivamente, já apareceu em alguns locais a rede de protecção cortada, tendo a PSP sido alertada para a ocorrência já que a segurança dessas pessoas tem de ser acautelada.-----

--- Solicitou à comunicação social que interviesse no sentido de sensibilizar os moradores daquela área para o perigo em que podem incorrer e, concluiu, esclarecendo que na Exponor não houve uma representação da Câmara mas sim uma representação colectiva dos municípios que integram a Associação de Lezírias do Tejo. -----

--- A seguir interveio novamente o Senhor **BASÍLIO OLEIRO**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças questionando se as verbas de oito mil contos e dezassete mil contos são para os arruamentos ou para as vias de acesso da sua freguesia.

--- Depois retomou a palavra o Senhor **ZEFERINO SILVA** referindo não ter sido dada resposta à questão colocada sobre a Estrada de S. Domingos e a Rua Alexandre Herculano.-----

--- Seguidamente usou da palavra, novamente, o Senhor **ALEXANDRE HERCULANO PITA SOARES** referindo que não obteve resposta sobre se a Câmara irá prestar assistência aos Monumentos da cidade durante a FNA. -----

--- Interveio ainda o Senhor **RUI PEDRO CALDEIRA** referindo que mora defronte da Rua “O” e que não teve ainda qualquer conhecimento de arame cortado, salientando que tudo fará para que aquela situação não venha a acontecer. -----

--- Interveio novamente o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** reafirmando que a



rede se encontra efectivamente cortada, convidando o Senhor Rui Pedro Caldeira a fazer uma visita ao local desejando que todos se empenhem para que não hajam vítimas.-----

--- Quanto aos horários dos Monumentos, informou que estes se encontram estabelecidos por Lei, afirmando que se encontram abertos durante a FNA.-----

--- Relativamente às verbas para o Arneiro das Milhariças, esclareceu que a primeira se destina aos arruamentos “do Almeirim”, e a outra para a ligação entre a Sede de Freguesia de Arneiro das Milhariças e os Casais da Milhariça, que nada têm a ver com o orçamento da estrada que liga aquela freguesia a Pernes, que importa em cerca de trinta mil contos.-----

--- Quanto à Rua Alexandre Herculano disse que o arranjo dos passeios é da responsabilidade da JAE, alertada já por diversas vezes para o problema e esperando que dentro em breve a situação fique resolvida. -----

--- Esgotadas as intervenções neste Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM - PROPOSTA DE ALTERAÇÕES DE PORMENOR AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Ao abrigo da alínea d) do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei número cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção dada pela Lei número dezoito/noventa e um, de doze de Junho, solicito aprovação pela Assembleia Municipal da proposta de alteração de pormenor ao Plano Director Municipal nos seus artigos onze, trinta e oito, quarenta e três, cinquenta, sessenta e seis, oitenta e quatro e

introdução do artigo noventa e quatro, na parte do seu Regulamento”.-----

--- No debate interveio em primeiro lugar o Senhor **VICENTE BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, referindo que, quando em mil novecentos e noventa e um propôs, no âmbito desta Assembleia Municipal, a constituição de uma Comissão de Acompanhamento ao PDM, foi a pensar na importância estratégica deste documento. ----

--- No entanto, as expectativas criadas foram defraudadas porque se esteve a assistir à feitura de um PDM “pronto a vestir” que está a criar sérios problemas às freguesias rurais, tanto nos núcleos urbanos como nas sedes de freguesia. -----

--- Lamentou, mais uma vez, que as freguesias não tivessem sido chamadas a participar na elaboração dos perímetros urbanos, os quais foram apresentados como factos consumados, numa reunião para que os Presidentes foram convocados sem saberem bem para quê, poucos dias antes de terminar um ano. -----

--- Lembrou que o Senhor Presidente da Câmara disse que o PDM era bom para a cidade mas, na altura da sua aprovação, já admitia que não era muito bom para as freguesias rurais, salientando que com a aprovação do PDM começou o martírio das mesmas e a desertificação, dificultando a possibilidade de fixação da população. -----

--- Manifestou algum receio que o PDM se torne numa “manta de retalhos” e que não se consiga sair deste impasse.-----

--- Sublinhou a necessidade das freguesias participarem na redefinição dos perímetros urbanos porque são elas que se debatem com questões concretas, evitando que se repitam os mesmos erros. -----

--- Solicitou esclarecimento quer acerca do artigo onze, querendo saber o que se entende por vias públicas pavimentadas e por tratamento de esgotos, num concelho que é deficitário em tratamento de esgotos, considerando que é importante que aquelas questões fiquem clarificadas, bem como quem decide a morfologia urbana. -----

--- Classificou o artigo sessenta e seis como “calcanhar de Aquiles” do PDM que continua com a imposição dos três mil metros quadrados, questionando não só como ficam classificados os espaços entre as edificações, bem como se com estas alterações já se podem ampliar e recuperar edificações existentes, nos espaços agro-florestais não integrados na RAN e com área inferior ao estipulado naquele artigo. -----

--- Concluiu, referindo-se ao regime transitório, perguntando como é que se compatibiliza o artigo um com o artigo dois, tendo em conta que este último remete para o artigo sessenta e seis, deixando em aberto a questão de como se vai proceder à revisão de fundo deste PDM, relativamente aos perímetros urbanos. -----

--- Interveio a seguir o Senhor **ANTÓNIO CAMPOS** salientando que o anterior interveniente focou os principais problemas do PDM os quais, na altura da sua aprovação, o PSD teve a oportunidade de criticar. -----

--- Considerou que se optou pela aprovação de uma proposta barata, ficando um trabalho que não serve ninguém, tendo como consequência a desertificação. -----

--- Referiu que o grupo do PSD irá votar favoravelmente estas alterações de pormenor, na expectativa de que com tempo, se pense num PDM que tenha em presença todas as situações agora existentes, de modo a que não existam mais confusões, relativamente a

quem tem ou não atribuições.-----

--- A seguir usou da palavra o Senhor **JOSÉ RIBEIRO VALBOM**, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa da Isenta, questionando se com estas alterações se pode construir fora dos perímetros urbanos com área inferior a três mil metros quadrados, nas artérias com infra-estruturas básicas, designadamente água, luz e esgotos/fossas sépticas.-----

--- Referiu estarem-se a verificar autorizações para construir em artérias que não estão infra-estruturadas, destacando que a Câmara deveria obrigar, a quem constrói naquelas áreas, o arranjo dos acessos até às suas residências.-----

--- Depois interveio o Senhor **CLÁUDIO TOMÉ**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, referindo alguns casos, na sua freguesia, designadamente, na Louriceira e Alforgemel, em que não se pode construir, enunciando alguns documentos que tinha na sua posse.-----

--- Questionou se as alterações de pormenor irão resolver os problemas nos espaços rurais, salientando que os casos expostos são bem no centro dos lugares onde existem as poucas infra-estruturas que as freguesias ainda possuem.-----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **JOAQUIM NETO**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, considerando que, no seu entender, aquilo que se irá votar é uma alteração de pormenor ao PDM de modo a entrar em vigor o mais breve possível e que permite resolver grande parte dos problemas, actualmente existentes.-----

--- Concordou que é importante uma revisão de fundo ao PDM mas, nesta altura, é necessário desbloquear um sem número de casos.-----

--- Salientou que a sua freguesia está completamente bloqueada, sublinhando a importância da aprovação destas alterações de pormenor. -----

Tomou depois a palavra o Senhor **MÁRIO OLIVEIRA**, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, referindo que na altura da aprovação do PDM, manifestou o seu desagrado relativamente aos perímetros urbanos da sua freguesia, que é das mais dispersas do concelho. -----

--- Salientou que em Vilgateira onde estão sediadas a da Junta de Freguesia, a Escola, a Igreja Matriz, etc., não foi atribuído perímetro urbano, mas somente à povoação de Perofilho. -----

--- Frisou que não gostaria que, um dia mais tarde, o povo da sua freguesia viesse dizer que o actual Presidente deixou passar a situação dos perímetros urbanos em claro, manifestando algum receio em relação ao saneamento básico que, mais tarde ou mais cedo ter-se-á que concretizar. -----

--- Seguidamente interveio o Senhor **CARLOS MARQUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira, referindo que se gastaram milhares de contos em infra-estruturas, no sentido de dar melhores condições de vida às populações onde, agora, não se pode construir. -----

--- Salientou compreender que, em alguns sítios não se possa construir. Todavia, na sua freguesia, cujo único lugar é Vale de Figueira, é incompreensível que a cem metros da Igreja Matriz não se possa construir nem recuperar qualquer habitação já existente. Solicitou, a concluir, que se aprovem estas alterações de modo a acabar-se com a

situação de pessoas a quererem construir e a não o poderem fazer. -----

--- A seguir interveio o Senhor **LEONEL MARTINHO DO ROSÁRIO**, referindo que o PDM é de facto algo cinzento, apesar de ter vindo disciplinar algumas zonas, designadamente a REN e a RAN. -----

--- Considerou que, no seu entender, existe algum rigor, excessivo, por parte dos técnicos, na apreciação dos projectos, salientando que na cidade existem problemas iguais ou até mais graves do que nas freguesias rurais. -----

--- Salientou que as alterações propostas são positivas, destacando os artigos onze e noventa e quatro, sublinhando que, no seu entender, se houver um demasiado rigor na aplicação daquelas alterações a situação continuará na mesma. -----

--- Considerou importante que, no próximo mandato se equacione uma revisão de fundo e, concluiu, referindo que, se o espírito do artigo onze, conjugado com o artigo oitenta e quatro, não for objecto de excessivo rigor, os problemas nas freguesias rurais poderão ser resolvidos. Caso contrário não muda nada. -----

--- Usou seguidamente da palavra o Senhor **FIRMINO OLIVEIRA**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, questionando se com a aprovação destas alterações os dois lugares da sua freguesia, designadamente Vaqueiros e Cabeça Gorda, ficam considerados agregados urbanos, na medida que não possuem nem rede, nem tratamento de esgotos. --

--- Perguntou também se o Executivo considera prioritária a rede de esgotos para a sua freguesia, contrariamente a um parecer emitido pelo GPM, há cerca de dois anos, em que considerava o investimento injustificado. -----

--- A seguir tomou a palavra o Senhor **ALEXANDRE PITA SOARES**, manifestando a sua satisfação pelas alterações apresentadas que, no seu entender, permitem resolver um conjunto de situações. -----

--- Considerou que a Comissão Técnica de Vistorias, criada pelo número três do artigo trinta e oito, deveria ser complementada com um número quatro, o qual, devia prever a natureza das funções, a intervenção e configuração da estrutura de recursos humanos daquela Comissão. -----

--- Depois interveio novamente o Senhor **VICENTE BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, realçando a intervenção do Senhor Leonel Martinho do Rosário e referir que espera pelos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, para votar em consciência. -----

--- Tomou a seguir a palavra O Senhor **ZEFERINO SILVA**, referindo as dificuldades que o PDM está a criar aos funcionários da Câmara, no atendimento aos munícipes. -----

--- Frisou a forma como o Município de Fundão procedeu, relativamente à aprovação do seu PDM, destacando que aquele documento esteve em experiência durante cerca de um ano, de modo a permitir que lhe fossem introduzidas correcções às deficiências então encontradas, salientando que, segundo lhe foi dado saber, aquele método resultou em pleno. -----

--- Prosseguiu, referindo que os técnicos são constantemente penalizados, questionando porque não se convocam os referidos técnicos para serem ouvidos e, concluiu, frisando que, no seu entender, há que destringir entre o que é errar por engano e o que não é. -----

---Depois interveio novamente o Senhor **JOAQUIM NETO**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, sublinhando o que disse na sua anterior intervenção.-----

---Por último interveio o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** referindo que o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, finalmente, veio dar razão à Câmara de Santarém, permitindo, agora, construir em todas as freguesias do concelho, sem se estar integrado num colete de forças. -----

---Considerou desarrazoado por completo, pôr à experiência o PDM, sem estar aprovado, uma vez que não tem eficácia jurídica. -----

---Esclareceu que os perímetros urbanos foram delimitados através de directivas do Ministério do Planeamento e Administração do Território, ou seja, aumentar-se em duzentos metros quadrados os perímetros urbanos das freguesias por cada habitante que cresceu entre os dois últimos recenseamentos, destacando que os três mil metros quadrados são norma em qualquer concelho.-----

---Salientou que teve a oportunidade de manifestar, junto do Ministro de então, a sua discordância, relativamente àquela matéria, sendo lógico que, com a redução dos perímetros urbanos, as pessoas sejam forçadas a vir para a cidade, referindo que o PDM foi elaborado com base em regras nacionais.-----

---Estas alterações, prosseguiu, já aqui foram aprovadas pelo Senhores membros, em Setembro do ano transacto só que, a DGOT, veio exigir que se discriminem, lugar a lugar, aqueles que existem, sinalizando-os em planta de síntese e se definam índices urbanísticos compatíveis com essas áreas.-----



--- Para ser mais concreto referiu não aceitar que duas entidades, dependentes até do mesmo Ministério, tivessem opiniões diversas sobre a mesma matéria. Em face disto envidou esforços para uma uniformização de critérios e um parecer jurídico, sobre as duas posições, para ver qual delas permanecia e tendo em conta que há lugares que daqui a décadas se desactivam e aglomerados que se vêm a constituir.-----

--- Prestou mais alguns esclarecimentos destacando que, com as alterações hoje propostas, poder-se-á construir em todos os lugares das freguesias do concelho, referindo que a questão dos três mil metros apenas se aplica a espaços agro-florestais.-----

--- Concluiu, considerando que, efectivamente, é necessário desburocratizar e modernizar os Serviços, sublinhando que fora dos perímetros urbanos, actualmente definidos, se pode construir, assumindo ele próprio a responsabilidade de aprovar, por seu despacho, todos os processos ao abrigo do artigo onze e em situações que não haja contradições com as servidões, adiantando esperar resolver, dentro em breve, os problemas da freguesia de Pernes. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO**, submeteu a votação a proposta, relativa às **ALTERAÇÕES DE PORMENOR AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL**, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por unanimidade** e em minuta.-----

**--- PONTO DOIS - PROPOSTA DE ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM À “ABRAÇO” – ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA.-----**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Ao abrigo da alínea h) do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei número cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção dada pela Lei número dezoito/noventa e um, de doze de Junho, solicito aprovação pela Assembleia Municipal da proposta de adesão da Câmara Municipal de Santarém à ABRAÇO - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO**, submeteu a votação a proposta, relativa à **ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM À “ABRAÇO” – ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA**, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por unanimidade** e em minuta. -----

**--- PONTO TRÊS - PROPOSTA DO PSD SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA ANALISAR O PROBLEMA DO ESTACIONAMENTO AUTOMÓVEL NA CIDADE DE SANTARÉM.-----**

--- Pelo Grupo Parlamentar do PSD foi presente a seguinte Proposta: -----

--- “Considerando que o problema do estacionamento automóvel na cidade de Santarém é uma realidade negativa; -----

--- Considerando que o afastamento de visitantes e potenciais compradores à zona central da cidade vem penalizando fortemente o comércio;-----

--- Considerando promessas existentes para a criação de espaços nesta zona da cidade, pelo actual executivo;-----

--- Considerando a inexistência de alguma medida tendente a ultrapassar esta grave carência;-----

--- Considerando que é fundamenta tudo fazer para privilegiar e potenciar a actividade comercial na cidade. -----

--- Os membros eleitos pelo PSD à Assembleia Municipal propõem a criação de uma comissão para debater e analisar esta carência, produzindo um documento estratégico e orientador, que force o poder executivo à tomada de posições urgentes -----

--- Propõe-se que a constituição da Comissão tenha a seguinte composição: -----

--- Mesa da Assembleia Municipal; -----

--- Um representante do PS, PSD, CDU e CDS/PP”. -----

--- Interveio em primeiro lugar o Senhor **ANTÓNIO CAMPOS** referindo que o Relatório da VTM cria algumas preocupações, esperando que a Comissão venha a ser constituída para que possa analisar com algum pormenor aqueles documentos e dar-lhe alguns contributos para que não se cometam erros como no passado. -----

--- Focou o problema da rotunda onde está instalado o Monumento ao Forcado,

considerando que, no seu entender, todas as rotundas devem ter uma boa visibilidade e não apenas o objectivo de obrigar a reduzir a velocidade.-----

--- Disse esperar que o grupo do PS vote favoravelmente esta proposta, no sentido de dar contributos para uma melhoria significativa do trânsito na cidade e designadamente no estacionamento.-----

--- Concluiu, sublinhando que acredita na viabilização da proposta de modo a que os partidos políticos, em reunião convocada para o efeito, possam debater os problemas com maior cuidado e rigor. -----

--- A seguir interveio o Senhor **MARTINS LEITÃO** considerando que, apesar de desconhecer os relatórios da VTM, não vê utilidade prática na aprovação desta proposta, tendo em conta que se está em final de mandato e como se isso não bastasse estão quase a entrar em período de férias pelo que, na sua opinião, é perfeitamente inútil a criação desta Comissão.-----

--- Concluiu, referindo que apesar das reservas enunciadas, a Assembleia Municipal também não pode forçar o poder executivo àquilo que seja. Não quer isto dizer que a CDU não esteja sensibilizada para ajudar a debater e estudar este problema. -----

--- Por último usou da palavra o Senhor **CARLOS PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, referindo que esta matéria está a ser tratada no âmbito da Câmara Municipal que possui uma Comissão Técnica de Trânsito e outra Comissão de Acompanhamento e, concluiu, considerando que a proposta se encontra desajustada no tempo e o seu Grupo Parlamentar iria votar desfavoravelmente a

constituição daquela outra Comissão. -----

--- Esgotadas as intervenções, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO** submeteu a votação a **PROPOSTA DO PSD SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA ANALISAR O PROBLEMA DO ESTACIONAMENTO AUTOMÓVEL NA CIDADE DE SANTARÉM**, tendo sido deliberado **rejeitar com vinte e três votos contra, sete votos a favor e oito abstenções**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, e de acordo com a competência que lhe confere o artigo dezasseis do Regimento, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO**, declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**, o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Era uma hora e vinte cinco minutos do dia seguinte, quando o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO**, deu por encerrada a Sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, e subscrita por mim,  
**PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, que a redigi. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** -----